

APRESENTAÇÃO

Política & Sociedade tem recebido volume maior de submissões a cada ano. Em função disso e da qualidade dos textos apresentados, esta segunda edição de 2014 já apresenta dez artigos, o que também irá ocorrer com o n. 28.

O primeiro texto é de nosso colega no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Tiago Losso, e analisa os argumentos de Cícero e Tito Lívio, clássicos do pensamento republicano, a respeito da monarquia. “Se nos contentarmos em decalcar nossas próprias ideias em escritos do passado, não seremos capazes de compreendê-los”, alerta Losso. O autor observa detalhadamente no artigo que o significado pretensamente definidor do *republicanismo* moderno – como “equivalente de um regime político não monárquico” - “pode não encontrar amparo nos escritos romanos antigos”. “A monarquia em ambos os autores não é apenas elemento constituinte das ideias políticas típicas dos romanos, mas fundamental. A monarquia foi um fator agregador inicial do povo romano, que não poderia aproveitar adiante a liberdade sem a criação prévia desse amálgama”, afirma Losso em “A monarquia entre republicanos”.

Em seguida, dois outros artigos analisam problemas teóricos. Em “Faoro, Weber e a articulação das dimensões da realidade social na explicação do atraso brasileiro”, Hélio Afonso de Aguiar Filho faz um balanço do uso de categorias weberianas pelo autor de “Os donos do poder”. Aguiar Filho observa que, diferente da metodologia e do individualismo sofisticado de Weber, a abordagem Faoro “promove uma explicação monocausal da realidade e do ‘atraso’ brasileiro, não com o predomínio do econômico, mas com o do político sobre as outras instâncias da realidade social”. Para o autor do artigo, trata-se de equívoco de natureza semelhante ao “do marxismo ortodoxo, que ele [Faoro] tanto criticou”.

No próximo texto, Dauto João da Silveira mobiliza a concepção de progresso em Norbert Elias contra a leitura desenvolvida por Adorno sobre o tema. “O regresso não pode ser analisado isoladamente como um momento peremptório de desmanche absoluto da sociedade”, defende Silveira em “Glossas acerca do conceito de progresso em Theodor Adorno e Norbert Elias”.

Os três artigos seguintes são estudos empíricos. No primeiro deles, Antonio Teixeira de Barros e Lúcio Meireles Martins analisam os dados provenientes de survey com 1.100 brasileiros sobre aspectos-chave da educação no país. Em “Legislação, educação e política: percepções sociais sobre a Lei de Diretrizes e Bases e o Plano Nacional de Educação (2011-2020)”, os autores observam que “a baixa escolaridade [...] parece um fator relevante que faz com que a educação não seja reconhecida pela maioria da população consultada como um tema político, no sentido amplo do termo. Apesar de ser apontada consensualmente como uma questão de interesse nacional (como algo importante para todo o país e não apenas para uma ou outra região), é vista mais como um problema social e cultural, sem ênfase para a conotação política, principalmente quando se trata do reconhecimento [...] do Poder Legislativo como uma instância de debate público sobre políticas públicas educacionais”. Barros e Martins também constataram que “a legislação sobre educação não é percebida pelos cidadãos como um instrumento racional para promover a cidadania, a cultura pública e o fortalecimento da esfera pública”.

Já “O direito à interrupção da gravidez de fetos anencéfalos: vozes e lógicas discursivas presentes na ADPF 54” desenvolve um uso empírico da teoria do discurso, de Laclau e Mouffe. Os autores analisaram os argumentos apresentados por representantes de entidades religiosas, Estado, sociedade civil e comunidade científica em quatro audiências públicas do Supremo Tribunal Federal para discutir a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54, que transferiu para a mulher a decisão pela continuidade ou interrupção da gravidez de anencéfalos. Ao mapear as aproximações contingentes de atores sociais com posições antagônicas sobre o tema, Milka Alves Correia Barbosa, Vinícius Farias Moreira e Suzanne Érica Nóbrega Correia constataram que “a contribuição da teoria do discurso vai na direção de questionar os limites de uma ingênua realidade que ignora ou negligencia as dimensões políticas e culturais constitutivas do mundo social”.

Jean Carlos Hochsprung Miguel também analisa discursos em audiências públicas, mas a perspectiva teórica e o objeto são outros. “Ciência, política e a reformulação do Código Florestal” avalia argumentos de membros da bancada ruralista e de pesquisadores da Embrapa que participaram das audiências públicas realizadas pelo Congresso Nacional para discutir a reformulação do Código Florestal. O tema é particularmente interessante para leitores de

Santa Catarina, porque contempla a atuação de parlamentares do estado que interviram diretamente no tema, como o senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e os deputados Valdir Colatto (PMDB) e Odacir Zonta (PP). O objetivo de Miguel é analisar o entrelaçamento de discursos políticos e científicos no processo de decisão. Para o autor, “no desenrolar do processo político a demarcação entre política e ciência acaba sendo ‘borrada’, sem que haja um efetivo aconselhamento objetivo das decisões. Mesmo que a tecnocracia seja discursivamente reivindicada como um modo de conduzir a decisão política, a dinâmica das negociações em espaços públicos como as audiências públicas aqui analisadas desconstrói constantemente as fronteiras previamente estabelecidas entre ciência e não ciência ou ciência e política.”

Em seguida, a publicação de “Realismo crítico mestizo: una visión de México desde el enfoque estratégico relacional” dá continuidade às ações de Política & Sociedade para aprofundar sua internacionalização. O artigo de Héctor Cuadra Montiel analisa o Estado mexicano contemporâneo a partir de uma interessante releitura do enfoque estratégico relacional sob a perspectiva do realismo crítico. Montiel pretende, como um de seus objetivos, demonstrar que o enfoque estratégico relacional (SRA) não precisa, necessariamente, submeter-se a uma perspectiva eurocêntrica, para produzir influência teórica e analítica. “También se pueden obtener ideas de gran alcance y perspectivas en otros contextos, sin caer en puntos de vista funcionalistas”, observa. O autor faz uso dessa articulação entre realismo crítico e enfoque estratégico relacional para analisar o caso mexicano, e conclui que o país, “como caso en cuestión proporciona una realidad social mestiza, condición que permite subrayar la sintonía de la filosofía realista crítica con la diversidad tanto de referentes teóricos, ideales y empíricos. Ello hace a todas luces evidente el amplio espectro de potenciales contribuciones que pueden esperarse del desarrollo tanto del realismo crítico como del SRA”.

A série de estudos empíricos se encerra com “Estado, narcotráfico e sistema financeiro: algumas aproximações”, de Ney Jansen. O artigo explora criticamente as conexões entre o narcotráfico – um negócio que movimentava estimados US\$ 420 bilhões em 2009 – e a desregulamentação do sistema financeiro, no capitalismo contemporâneo. “O fato de que apenas 0,2% do dinheiro ilícito é apreendido em âmbito global nos conduz à percepção de que as atividades ilícitas e criminosas estariam na verdade perfeitamente integradas na atual dinâmica de acumulação de capital”, aponta Jansen.

O ensaio bibliográfico “Molduras do protesto: debates e desafios da abordagem do enquadramento interpretativo no estudo de movimentos sociais” analisa a coletânea “Frames of protest”, editada por Hank Johnston e John A. Noakes. Os estudos reunidos no livro desenvolvem aspectos teóricos ligados ao conceito de moldura interpretativa da ação coletiva. Para Matheus Mazzilli Pereira, os artigos apresentam um “campo de debates em aberto para que estudiosos brasileiros nele se insiram, discutindo como o estudo das dinâmicas contestatórias nacionais e latino-americanas pode contribuir para o aprofundamento das reflexões teóricas em curso e para a identificação de limites dessa abordagem”.

O último texto é “Efeitos da ‘redescoberta das instituições’ na sociologia política francesa”, de Igor Grill. Trata-se de resenha do livro de Delphine Dulong “Sociologie des institutions politiques” lançado recentemente por La Découverte, na França. Para Grill, o livro pode despertar “interesse mais sistemático por agentes de ‘carne e osso’ (propriedades sociais) e seus empreendimentos concretos com vistas à invenção e à modificação das instituições políticas” na Ciência Política brasileira. “Ou seja, [...] contribuir para a inclusão nas agendas de pesquisa de dimensões que permitam verificar, por exemplo, que ‘instituições democráticas’ são tributárias de estratégias nem sempre conscientes de agentes em luta, assim como do trabalho de importação de modelos ocidentais que justificam movimentos de edificação e de reformas”.

Ary Cesar Minella
Jacques Mick
Editores